

# PRÁTICAS DE SUCESSÃO E DE SOCIABILIDADE EM UM ASSENTAMENTO EMANCIPADO: O CASO DE NOVO HORIZONTE/RJ

Manuela Souza Siqueira Cordeiro<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Muitos são os estudos que tratam sobre herança e sucessão para as famílias camponesas na literatura antropológica brasileira (WOORTMAN, 1995; MOURA, 1975, CARNEIRO 1998), mas estes não foram estendidos à realidade dos assentamentos de Reforma Agrária. Para fins deste artigo, será considerado como locus de investigação o assentamento Novo Horizonte, um dos poucos assentamentos emancipados no estado do Rio de Janeiro. Tal realidade implica em não receber mais investimentos estatais concernentes à política pública de Reforma Agrária, ao mesmo tempo em que a maioria das famílias possui o título de domínio definitivo da terra. Com o transcorrer de mais de 20 anos da desapropriação das terras de Novo Horizonte, o objetivo deste artigo é verificar como estão sendo organizadas pela família que foi assentada as práticas de sucessão a partir da concessão do documento definitivo de propriedade da terra. O momento de sucessão do lote exige o afastamento do primeiro titular da terra, seja por seu envelhecimento que implica, muitas vezes, na impossibilidade física para a condução do trabalho na terra; ou mesmo pelo falecimento deste. Nos casos em que o afastamento e início do processo de sucessão ainda é realizado em vida, há um conflito de autoridade entre as gerações e o objetivo deste artigo é analisar a negociação do momento de transmissão do controle do patrimônio familiar. Também será abordado o assentamento como espaço de sociabilidade, principalmente para os jovens assentados que mesmo tendo a necessidade de sair Novo Horizonte para conseguir trabalho, ainda veem o assentamento como lugar de relações sociais e de residência. Para a construção deste artigo serão utilizadas entrevistas realizadas com os jovens assentados e titulares da terra de algumas famílias selecionadas.

Assim, não foi o objetivo da pesquisa<sup>2</sup> que originou este artigo ter como ponto de partida a manutenção da condição camponesa da geração mais jovem, mas sim verificar como os bens são geridos pela família e como se dá a apropriação da terra, seja prioritariamente como espaço produtivo ou como espaço de residência. Assim, é também relevante a contribuição que a análise de uma situação particular pode trazer, uma vez que não é tão corrente a produção de conhecimento

---

<sup>1</sup>Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, Doutoranda do Museu Nacional/UFRJ, cordeiro.manuela@gmail.com

<sup>2</sup>Apresentada como dissertação para a obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade.

dos processos ligados às relações familiares, a partir dos movimentos tanto de reprodução, quanto de transformação social no contexto da Reforma Agrária. No entanto, além das trocas intergeracionais ligadas à herança de bens imóveis e móveis, a pesquisa teve como objetivo mostrar como a família se configura a partir deste processo, assim como a terra conquistada pode servir de subsídio para objetivos da geração dos filhos dos titulares da terra que não dizem respeito exclusivamente à agricultura, mas que não poderiam ser alcançados sem a conquista deste bem. Ademais, teve-se em mente que o momento que deflagra o processo de sucessão (e também de herança) não está circunscrito necessariamente à morte do titular da terra, mas também a casos de grave enfermidade do mesmo ou também a partir da formação de uma nova unidade doméstica: o casamento dos filhos. Desta forma, foram duas as principais questões da pesquisa - em primeiro lugar, verificar a presença de mecanismos de reprodução social para a viabilidade do uso da terra e outros bens que se ligam à questão da transmissão do patrimônio familiar e à sucessão da titularidade do lote. Em segundo lugar, analisar a concepção em torno do uso e da posse da terra, ou seja, a confluência das diversas apropriações pela família da terra, relacionando ao estágio de titulação legal da mesma.

O problema da fragmentação da terra ao longo do tempo e o uso de estratégias de reprodução social que visam controlar esse processo, bem como a inserção do sistema de produção familiar ao longo da expansão da moderna sociedade capitalista são questões recorrentes na dinâmica da agricultura familiar. As famílias de Novo Horizonte só puderam participar efetivamente do gerenciamento da terra, na medida em que obtiveram o título de domínio desta, conferindo uma situação de formação de patrimônio que é inédita para a maioria dos assentados. Neste sentido, esta pesquisa pretendeu verificar como a unidade familiar era gerenciada ao longo do tempo, se atentando para analisar se houve a preocupação com a não fragmentação da terra, como a literatura sobre herança e sucessão aponta (cf. BOURDIEU, 1962).

A justificativa para a consecução da mesma se apoiou na verificação de que a política pública, no caso os assentamentos de Reforma Agrária, é pensada apenas para uma única geração, o que dificulta enormemente a sustentabilidade tanto social quanto econômica desse empreendimento, que pressuporia uma perspectiva geracional mais ampla. Ainda que o INCRA focalize a necessidade de dotar o assentado de condições objetivas para a permanência no assentamento, na prática, essas condições não são integralmente contempladas e mesmo a unidade de produção familiar ao ser dividida entre mais de uma família nuclear se torna inviável produtivamente em muitas ocasiões. Medeiros e Leite (2004) apontam que os assentamentos no país têm sido criados para cumprir uma lógica de intervenção governamental que não se atenta à viabilidade de infra-estrutura, assistência técnica e sustentabilidade sócio-econômica dos mesmos,

privilegiando uma ação pontual sobre as situações de conflito por terra e não uma intervenção coordenada, atenta às necessidades básicas das famílias a serem assentadas. Então, torna-se importante o estudo da lógica de sucessão como um dos momentos em que são acionados os mecanismos de reprodução social das famílias assentadas.

O momento de instalação e reprodução corresponde à terceira etapa na trajetória de um assentamento de reforma agrária, de acordo com Medeiros e Leite (2004). Segundo os autores, a partir do início do assentamento novas questões se colocam como o escoamento da produção, as deficiências da infra-estrutura na área onde se inserem, entre outras que são debatidas nas redes de relações sociais novas ou não. Somam-se a essas demandas a viabilidade do acesso à terra pelas novas gerações, assim como a possibilidade da educação dos jovens no campo que são problemas cruciais para a permanência dos mesmos nos assentamentos e, portanto, para a condução da atividade agrícola. Desta forma, o estudo das estratégias familiares que concorrem para a permanência dessas famílias no campo pode contribuir para a administração de uma política de Reforma Agrária que corresponda a uma perspectiva geracional de longo prazo.

O artigo se subdivide em quatro seções, a partir da introdução. Na seção subsequente serão feitas considerações a respeito do processo de concentração fundiária e do surgimento dos assentamentos, inclusive aquele em que foi realizada esta pesquisa, bem como será explicitada a metodologia adotada. A terceira seção corresponde à análise do assentamento enquanto espaço de sociabilidade para os jovens assentados, promovendo algumas comparações com estudos recentes sobre a juventude rural presente não só em assentamentos. Na última seção serão discutidos alguns casos de sucessão, de forma a atingir o principal objetivo deste artigo que é a discussão das estratégias relacionadas à organização do processo sucessório adotadas pelas famílias assentadas, tanto pelos jovens filhos de assentados, quanto pelos próprios titulares. Por fim, serão realizadas algumas breves considerações finais, a partir dos principais pontos abordados.

## **CAMPO – BREVE HISTÓRICO SOBRE ASSENTAMENTOS NO NORTE FLUMINENSE E METODOLOGIA**

A estrutura agrária do estado do Rio de Janeiro se apresenta concentrada em níveis inferiores aos encontrados no resto do país. No entanto, os índices de distribuição de terras no estado estão longe de poderem ser considerados igualitários, mesmo com mudanças favoráveis que aconteceram nas últimas décadas (SOUZA; PONCIANO e MATA, 2007). A região norte-fluminense, no qual se insere o assentamento considerado para o estudo, é marcada por sua tradicional importância agrícola, sobretudo relacionado ao cultivo da cana-de-açúcar. A partir do início do século XX, o latifúndio açucareiro contribui para a maior concentração fundiária do norte-

fluminense, principalmente a partir do advento das usinas. Na década de 1980, dados da EMATER<sup>3</sup> mostram que a região norte-fluminense contava com quinze usinas de açúcar e álcool com a exploração 185000 hectares para a monocultura da cana-de-açúcar. Em fins desta década, se inicia o colapso da produção açucareira na região e muitas das terras que antes correspondiam às plantações de cana-de-açúcar de propriedade das usinas são desapropriadas para fins de Reforma Agrária.

Vários estudos realizados sobre os assentamentos da região norte-fluminense demonstram que tem sido baixa a taxa de desistência e abandono dos lotes, apesar das dificuldades encontradas pelas famílias assentadas, tais como a monopolização dos canais de comercialização pelos atravessadores (ainda que estejam sendo desenvolvidas estratégias que favorecem à construção de outras alternativas), a falta de acompanhamento e planejamento técnico para o pagamento dos créditos referentes às culturas existentes, falta de infra-estrutura básica (pavimentação de estrada, captação de água, etc), entre outros (PEDLOWSKI; VIEIRA e ZINGA, 2000; MAIA 2003; ZINGA 2002 e 2004). Também é importante salientar que houve uma “evolução patrimonial” das famílias assentadas que passaram a dispor de um maior número de utensílios domésticos, a partir de sua inserção nos assentamentos de Reforma Agrária, representando uma melhora na qualidade de vida dessas famílias (PEDLOWSKI et al 2007). Segundo estes autores, a explicação para as diferentes mensurações possíveis do sucesso do empreendimento da Reforma Agrária no norte fluminense, a partir de um conjunto de variáveis indicativas, está na confluência de alguns fatores de ordem sócio-econômica. Alguns destes seriam os mecanismos de auto-financiamento para as famílias assentadas, tais como o acesso à aposentadoria de um dos membros da rede familiar ou de membros familiares que permanecem trabalhando no perímetro urbano. Tais mecanismos contribuem para a viabilidade e permanência dos assentados no campo. Há ainda trocas de mão-de-obra entre familiares de uma mesma rede ou membros de outras redes as quais os assentados têm acesso: vizinhança, assentamentos vizinhos ou mesmo as religiosas. Ademais, é importante salientar a iniciativa dos assentados para a viabilização de feiras semanais que promovem o escoamento da produção, aumentando suas rendas mensais e burlando os canais monopolizados pelos atravessadores. A Feira da Roça que é realizada semanalmente na região central da cidade de Campos dos Goytacazes foi uma iniciativa dos produtores do assentamento Novo Horizonte. Existe também outra feira realizada na cidade por iniciativa dos assentados: a feira orgânica dos assentados do norte fluminense, que acontece duas vezes por semana, sendo que uma delas tem o apoio da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) sendo realizada em seu campus.

---

<sup>3</sup> Os dados da EMATER apresentados nesta seção se referem aos projetos de implantação do PROCERA no assentamento Novo Horizonte, referentes aos anos 1988, 1991/1992 e 1996.

A escolha do campo para a realização deste trabalho teve que seguir alguns critérios para que a observação do horizonte futuro a respeito dos assentamentos de Reforma Agrária fosse contemplada. Ao proceder uma pesquisa sobre os assentamentos da região norte-fluminense, foi constatado que o Assentamento Novo Horizonte, localizado no município Campos dos Goytacazes havia tido as suas terras desapropriadas há mais de 20 anos, além de ser considerado um dos únicos assentamentos emancipados pelo INCRA no estado do Rio de Janeiro. Isto implica em ter pelo menos 70% de suas terras tituladas, ou seja, a grande maioria das famílias já dispõem do título de domínio definitivo, podendo alienar esse bem se assim julgar necessário. Além disso, quase a totalidade das famílias assentadas são ex-trabalhadores da usina, cujas terras foram desapropriadas para originar o assentamento, conferindo uma interação entre as famílias anterior ao processo de Reforma Agrária. Antes de serem trabalhadoras da usina, essas famílias trabalhavam para os fazendeiros da região, sob um regime de grande sujeição moral, no qual era necessário estar trabalhando para que tivessem um lugar para morar. O assentamento se subdivide em duas regiões (região do rio Imbé e a do Rio Preto), sendo que apenas a região do Rio Preto, que engloba as fazendas Novo Horizonte e Baiano, foi abarcada pela pesquisa que originou este artigo. É importante assinalar que nesta região estava localizado o complexo industrial da Usina Novo Horizonte, o que possibilitou a formação de um bairro operário. Foram realizadas entrevistas em profundidade com aproximadamente 50 pessoas, sejam jovens, titulares da terra e seus cônjuges que perfazem 17 redes familiares com pontos de interseção entre as mesmas no assentamento. No entanto, para fins deste artigo, os casos trabalhados correspondem apenas à seleção de 5 redes familiares.

Assim, a partir da finalização do processo de titulação definitiva da terra<sup>4</sup> valem as regras do Código Civil para os processos de herança e sucessão, ou seja, já não mais se aplicam as regras da legislação agrária federal<sup>5</sup>. Assim, os dois critérios permitiriam, considerado o estado em questão, mais chances de observar as lógicas de herança e, principalmente, de sucessão em negociação ou mesmo sendo colocada em prática. Ademais, o momento atual é marcado pela mudança da condição social dos assentados, quando estes não são mais considerados como tal e passam a ser designados por pequenos produtores ou mesmo pequenos proprietários de terra, uma vez que a

---

<sup>4</sup> O processo de titulação definitiva consiste na entrega dos documentos que atestem a propriedade do lote, quando o INCRA passa a não ser mais o guardião deste que está em regime de concessão de uso à família assentada. Ao criar um projeto de assentamento, o INCRA concede a cessão de uso à família que é um termo inegociável até dez anos a partir da emissão deste contrato. O título definitivo só pode ser emitido, três anos após a matrícula definitiva no órgão federal responsável pelo assentamento. Outra condição é a existência de infra-estrutura básica (estrada, sistemas de abastecimento de água, açude, etc).

<sup>5</sup> Ainda que em ambos os momentos sejam observadas alguns distanciamentos com vistas à formação de uma prática local no que tange aos processos de herança e sucessão.

partir da emancipação estes perdem o vínculo de estruturação e fiscalização com o INCRA. No entanto, é importante ressaltar que este assentamento é apenas uma referência espacial para observar um processo social, ou seja, as questões de pesquisa não se confundem com o lócus na qual se desenvolve. Além disso, o trabalho aqui desenvolvido não se propõe à construção de um padrão regional, quiçá nacional em torno da herança e sucessão em assentamentos, mas observar as lógicas em torno desses dois processos em um assentamento de Reforma Agrária que preenche alguns critérios necessários para a sua escolha, bem como apresenta particularidades a partir da região em que se insere<sup>6</sup>.

## O ASSENTAMENTO COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE

A categoria “jovem rural” tem sido objeto de inúmeras discussões analíticas e apropriações políticas. Castro (2005) empreende um esforço analítico no sentido de compreender o “jovem rural” enquanto categoria de pensamento, a partir de diferentes percepções, quais sejam a dos pais e dos filhos, levando em consideração o espaço de sociabilidade a partir do qual analisa. Nesse contexto, a família tem grande influência na construção do que é ser jovem no mundo rural, enfatizando que a autora também está trabalhando com assentamentos rurais. Assim, “ficar” ou “sair” do assentamento em que a autora analisa está intimamente ligado ao alcance da autoridade paterna, principalmente relacionado às filhas. Ao tratar especificamente sobre a questão da sucessão, ainda que não seja o foco principal de seu estudo, Castro denota que o desejo do pai de que o filho tenha um futuro profissional menos “penoso”, muitas vezes, desencoraja a continuidade à produção familiar no lote por meio do processo de sucessão. De forma concomitante ao incentivo da saída do assentamento para ter uma vida melhor, os pais se lamentam desse movimento. Assim, a autora constrói algumas possibilidades relacionadas à sucessão de acordo com os jovens:

Mesmo apontando um possível sucessor, percebe-se uma leitura que configura uma ruptura da geração mais nova com as anteriores quanto ao projeto que valoriza a terra como conquista e meio de vida. Já alguns filhos (embora também reproduzam a percepção do desinteresse dos *jovens*), constroem no discurso, e procuram equacionar na prática, o processo de articulação entre a atividade externa (escola, trabalho) e o seu interesse pela terra (CASTRO, 2005: 378).

Stropasolas (2005) também constata esse descontentamento em relação ao mundo rural pelos jovens que buscam a sede dos municípios nos quais vivem para galgar empregos mais estáveis e rentáveis. Aliado à falta de emprego, também está o exercício exacerbado da autoridade paterna como um dos motivos que favorecem à migração dos jovens rurais, uma vez que seu trabalho no lote não é remunerado como outro qualquer. Além disso, as mulheres que são

---

<sup>6</sup> Para tanto, faz-se uso do termo “lógica” por oposição à noção generalizante contida no termo “padrão”.

geralmente excluídas do processo de herança e, portanto, do controle decisório sobre o patrimônio familiar, são as que mais migram em direção à cidade.

Para fins deste trabalho, o jovem é considerado aquele filho ou filha que não é casado ou “amigado”. A partir do casamento, tanto as filhas como os filhos alcançam uma nova fase de suas vidas, onde as responsabilidades sobre o cuidado com as mulheres passam a ser de seus maridos e os homens necessitam ter fonte de renda para formarem em suas famílias, não contando tanto com a unidade doméstica originária.

Corroborando com os estudos acima brevemente apontados, uma das principais reclamações dos jovens é a falta de emprego formal na localidade de Rio Preto, seja esse relacionado à atividade agrícola ou não, levando em conta as suas preferências. O trabalho somente relacionado à exploração da terra da família concedida por meio da política da Reforma Agrária geralmente não é visto como suficiente para a manutenção de uma família. Assim, outra possibilidade existente é trabalhar no corte da cana-de-açúcar, muitas vezes, na usina Santa Cruz que está ainda em funcionamento e é a mais próxima à localidade de Rio Preto, sendo uma das principais estratégias que eles recorrerem para permanecer no assentamento. No entanto, vimos que os pagamentos estão reiteradamente atrasados e também são vistos como insuficientes para a manutenção da família. Por outro lado, a renda do emprego formal é considerada mais estável do que a advinda da produção do lote, na medida em que são mensais e que não estão sujeitas às intempéries do escoamento precário, monopolizado por atravessadores que impõem baixos preços ou mesmo cometem fraudes na negociação com os assentados. Os rapazes também trabalham nas “terras de fazendeiro” vizinhas. Leandro, um jovem de 18 anos, trabalha de “empreitada” nestas terras e afirma que este trabalho é *“sem compromisso para o patrão e muito compromisso para o empregado”*, referindo-se às condições para a realização do trabalho, além de não possuir carteira assinada. A “empreitada” geralmente vale 200 reais, mas os patrões sempre “colocam defeito” a fim de pagarem menos.

Outras estratégias empreendidas pelos jovens são a realização de trabalho no meio urbano, com o deslocamento diário ao centro do município, uma vez que a oferta de emprego na localidade de Rio Preto é diminuta. A atividade mais comumente realizada pelas moças é o trabalho nas “casas de família” da cidade, o que pode levar à permanência nesta e a volta episódica para o assentamento. Para os rapazes, as possibilidades são mais diversas desde o trabalho na construção civil até as atividades realizadas por algumas moças, como vendedores, balconistas, entre outros.

Ao estudar especificamente a juventude rural assentada, Malagodi e Marques (2007) explicitam que ficar e sair são estratégias complementares, pautadas por condições objetivas das famílias de agricultores familiares e pelos significados que estas oferecem aos jovens, na montagem de seus projetos de vida. Para realizarem este estudo, foram analisadas as principais estratégias de

reprodução social dos jovens assentados por meio de trajetórias de vida. Os pontos positivos apontados por eles a respeito da vida no assentamento são as condições de moradia e a possibilidade de estudar. Alguns pontos negativos são as dificuldades de lazer e de renda, falta de políticas públicas para a viabilização do assentamento. Esse rol de demandas insatisfeitas aparece como elemento motivador principal para as saídas, principalmente quando vividas em conjunto pelo núcleo familiar.

Os jovens do Novo Horizonte apontam pontos positivos e negativos bastante similares aos descritos pelo estudo anterior. Os pontos positivos são relacionados a pertença a uma comunidade de sociabilidade no meio rural que informa valores e constrangimentos. Quanto aos pontos negativos, o assentamento oferece a possibilidade de estudar somente até o ensino fundamental e também há o problema da falta de empregos e lazer na região. Se não fossem por tais motivos, os jovens assentados afirmam que permaneceriam no assentamento Novo Horizonte, uma vez que este é a referência de sua família, bem como de sua comunidade de sociabilidade. Desta forma, um dos principais motivos que atualmente favorecem a saída do jovem do assentamento é não possuir uma renda ou mesmo previsão desta, mais do que entraves relacionados ao estatuto legal da terra de família. Além disso, mesmo os jovens que permanecem em Rio Preto, sejam como sucessores ou não, recebem orientações dos mais velhos a desenvolverem atividades remuneradas paralelas para não dependerem apenas do trabalho na terra que é atualmente instável e, muitas vezes, insuficiente para um determinado ciclo familiar.

No que tange à construção de um espaço de sociabilidade em Rio Preto, esta realidade pode ser datada da época do funcionamento da usina, portanto, anterior à implementação do assentamento. Os membros dessa comunidade possuíam um fundo de conhecimento comum acerca dos outros membros, principalmente no que tange às características relacionadas ao trabalho – ser bom trabalhador, ter aprendido um ofício. Sobre o exposto, Neves (1997) afirma especificamente sobre a região do rio Imbé, mas que pode ser aplicada ao assentamento Novo Horizonte como um todo:

Ao se referir às redes de interconhecimento, a classificação *a nossa região aqui* revela a importância dos sentimentos de estabilidade e de pertencimento e os modos de identificação social. Destaca o valor atribuído ao enraizamento sustentado num mundo de interconhecimento que superpõe relações diversas sobre as mesmas pessoas ou agentes (164).

Mesmo com o controle por parte da usina dos domínios do trabalho e da moradia, bem como de grande parte do tempo livre (cf. LOPES, 1976), em Novo Horizonte o sentimento de pertença a uma comunidade se manteve mesmo após o fim da mediação da administração da usina. Da união imposta e controlada pelo patrão, subsiste a partir da Reforma Agrária as formas de cooperação e

em grande medida a organização espacial do “bairro operário” de Novo Horizonte. Desta forma, é usada a designação *usina* para aludir à região central, sendo que a localidade de forma mais abrangente é denominada Rio Preto. Com o início do assentamento, a disposição espacial das redes sociais presentes na comunidade – família, vizinhança, amizade – foi mantida por iniciativa dos próprios assentados e não há alusão ao lugar como assentamento. Existe de um lado a *usina*, *Rio Preto* e de outro as *terras da Reforma*. Desta forma, pode-se afirmar que a consolidação de Novo Horizonte enquanto projeto de assentamento é um processo distinto da consolidação da comunidade de Rio Preto, a partir do momento em que é incentivada a permanência do circuito de reciprocidade próximo àquele que existia à época da usina, o que não aconteceu a partir das exigências de dotação de infra-estrutura a partir do empreendimento de Reforma Agrária.

Em um estudo sobre os jovens de pequenos municípios de Pernambuco, Wanderley (2007) salienta a forte ligação que esses têm com a família e com a comunidade local. O compromisso é indispensável ao funcionamento da unidade familiar, enquanto a comunidade local é entendida como lugar de interconhecimento, o lugar de trabalho, ou seja, da vida cotidiana. Assim, Wanderley (2007) sinaliza para uma atitude de indecisão dos jovens, indicando uma possível naturalização da permanência no campo ou mesmo a migração é conectada às restrições impostas pela vida local. Desta forma, a autora verifica a co-existência do presente e as expectativas do futuro e também a inserção do jovem no contexto social mais amplo em que vive:

Parece evidente que os jovens rurais são, antes de tudo, jovens, em cujas experiências de vida se entrelaçam o presente – as formas de vida cotidiana – e o futuro – os projetos referentes à vida adulta. A forte identidade referida ao grupo geracional, a busca de espaços especificamente jovens, ao mesmo tempo que a valorização da família e do ambiente social próximo, são traços que, de uma forma ou de outra, marcam a vida cotidiana dos jovens, em todo o contexto que vivem (WANDERLEY, 2007: 30).

Em Rio Preto, a migração dos jovens assentados ocorre tanto pela expectativa de encontrar um emprego com maior geração de renda na área urbana, bem como para a continuidade da educação formal, como apontados anteriormente. A migração também é apontada como um dos fatores que diminuem a pressão por terra das novas unidades domésticas a serem formadas, como será tratado na próxima seção. Desta forma, Garcia Jr. (1975) conclui: “*Em outras palavras, por paradoxal que pareça; faz parte da estratégia de reprodução da família camponesa enquanto tal, que uma parte de si mesma se transforme em não-camponeses*” (21).

Por outro lado, a permanência do sucessor é justificada por ser aquele que tem mais aptidão com o trabalho na terra, o que é enfatizado pelo pai e reproduzido pelos outros membros familiares, inclusive o próprio sucessor. As explicações deste porque não realizou a migração para cidade coincidem com a visão da geração anterior sobre aquele espaço: violento, sem oportunidades, como diz Ígor: “*Não gosto do ar de lá. Quando vou não vejo a hora de voltar*”. Fica difícil estabelecer

até que ponto o processo de sucessão para o jovem assentado se coloca como uma “escolha livre”, uma vez que também as suas possibilidades de continuidade da educação foram colocadas em segundo plano, para atender a esse objetivo familiar. Outra justificativa para a escolha e preparação do sucessor é ser aquele com “*mais gosto pelo trabalho da roça*”, o que, muitas vezes, é mais um processo incentivado pelo pai do que a manifestação da vontade do filho.

## CASOS DE SUCESSÃO

De forma a analisar os casos das famílias assentadas de Novo Horizonte, temos de início a família do sr. Wanderley. A concentração da família na casa localizada na *usina* foi sendo dissolvida, na medida em que os filhos se casaram. Um dos filhos casados, Ricardo, conseguiu a oportunidade de morar nas *casinhas*<sup>7</sup>, uma vez que não tinha gosto pela roça, não necessitou recorrer ao lote da família que fica longe da área central de Rio Preto e não seria interessante, uma vez que ele trabalha ocasionalmente na cidade, tendo como principal atividade a ajuda do sr. Wanderley no açougue, depois que seu irmão Abelardo morreu. A partir do casamento de sua filha Andréa, o terreno da antiga casa da usina foi dividido para que ela permanecesse morando com a sua família próximo à casa de seus pais. Com a viuvez do sr. Wanderley, tal realidade foi particularmente interessante para ele, na medida em que pôde contar com a sua filha casada e em maior medida com a sua filha solteira, Michele para os cuidados com a casa.

O sr. Wanderley lembra que aquele filho que “*tinha mais gosto pela terra*” e “*era que nem ele, sempre em movimento*” era o mais velho Abelardo. A iniciativa de construção de um açougue na região central de Rio Preto fora dele, aproveitando o ofício que o pai aprendera à época da usina, uma vez que era encarregado deste estabelecimento na época. Ele também ajudava o seu pai no cuidado da roça, antes de ter se mudado temporariamente para Rio das Ostras onde fora assassinado. Esse é um caso de preparação para a sucessão do filho mais velho, suscitando a necessidade de substituição do mesmo pelo outro único filho homem do sr. Wanderley que mesmo assim, não possui “*jeito para roça*”, já que Ricardo trabalha apenas com o pai no açougue e não no lote. Quanto às duas filhas, elas não podem ser indicadas ou melhor construídas como sucessoras, sendo possível a continuação de seu processo de educação formal, como a filha mais nova Michele o faz ou ser dona-de-casa como Andréa.

No entanto, as mulheres de Rio Preto geralmente não atribuem prejuízo ao fato de não serem consideradas proprietárias das terras. Explicam que os homens é que têm mais “*trato na lida com a*

---

<sup>7</sup> Cerca de oitenta casas foram construídas pela prefeitura e doadas aos moradores na década de 1990 depois que uma enchente devastou a região do rio Preto.

terra” e, portanto, acreditam estarem cumprindo as suas funções na unidade doméstica, a partir da realização das tarefas a elas atribuídas. Como anteriormente mencionado, as filhas passam a exercer atividades no perímetro urbano, principalmente como empregadas domésticas. Essa inserção profissional pode ser feita por meio de deslocamento diário das mulheres às casas onde trabalham ou mesmo levar a morarem na “casa de família”. Estas tarefas são geralmente abandonadas quando se casam e, muitas vezes, retornam a Rio Preto ou passam a não mais se deslocarem diariamente pela cidade com essa finalidade. A partir do casamento, as tarefas agrícolas mais comumente realizadas pelas mulheres são o cuidado das criações e a produção de queijos.

Ainda sobre o corte de gênero para os casos encontrados na região do rio Preto do assentamento Novo Horizonte, há uma correlação entre o que se pode chamar a sucessão das tarefas domésticas no âmbito familiar, com aquela sucessão que é procedida em relação à unidade produtiva e à apropriação do sistema casa-lote como um todo. Quando a mãe de família morre, deixando o viúvo seja com filhos menores ou não, que é o caso apresentado pela família do sr. Wanderley, há a substituição da figura feminina para a realização das tarefas domésticas por alguma das filhas do casal. Sobre o exposto, é preciso considerar - é concebível que as mulheres realizem atividades consideradas masculinas, como o trabalho na produção atualmente ou mesmo o trabalho anterior na usina, vindo a serem titulares da terra. No entanto, não é passível conceber um homem que exerça tarefas domésticas, como apontado anteriormente, em relação à realização do segundo casamento para o viúvo. Desta forma, há a necessidade de que uma das filhas atenda a esta incumbência, o que poderia ser denominado a “sucessão feminina”.

A filha que sucede a mãe para a realização das tarefas na casa é geralmente a que ainda não se casou. Quando o falecimento da mãe ocorre quando todas as filhas já estão casadas, geralmente, a que mora mais perto do pai, o que tem a ver com a permanência da filha em questão na terra de Reforma Agrária ou pelo menos em terras da região, com a realização do casamento endogâmico preferencial<sup>8</sup>, é aquela que vai à sua casa para limpá-la, fazer as refeições, lavar as suas roupas. Quando a filha está realizando as tarefas tanto na casa de sua unidade doméstica, bem como de seu pai, o último acaba por expressar o desejo de se casar novamente a fim de que não atrapalhe a sua filha em suas tarefas como esposa. O mesmo não acontece para o caso de morte cônjuge masculino, o que leva a mãe a morar geralmente com o filho sucessor. Em casos excepcionais, a nora que permanece morando no lote da família ou próximo a este desempenha as tarefas domésticas no lote do sogro.

A sucessão feminina não acontece para todos os casos, seja porque o falecimento do chefe

---

<sup>8</sup> Casamento entre pessoas consideradas “da região”, isto é, Rio Preto e fazendas vizinhas.

da unidade produtiva ocorre anteriormente ao de sua esposa ou a pode acontecer de forma circunscrita a um determinado período de tempo até que o chefe da unidade produtiva se case novamente. O segundo casamento é geralmente também negociado com uma senhora que seja da região e que esteja em situação parecida com a do viúvo, seja a partir do falecimento do antigo companheiro ou marido ou mesmo separação. Para o caso de Rio Preto, a existência de uma figura masculina sem a presença de uma esposa no espaço doméstico é o principal caso de família incompleta<sup>9</sup>.

No entanto, no que tange à responsabilidade pelo cuidado com os pais mais velhos, quando a família ainda é considerada completa, essa cabe ao filho que mora mais próximo ou mesmo que mora com os pais. Não há a coincidência dessa incumbência para o sucessor, a não ser que apenas o pai tenha falecido, o que justifica a maior parcela da terra e a manutenção da casa dos pais, já que há sempre referência à construção de uma nova casa a partir do casamento, mesmo no caso do sucessor no assentamento Novo Horizonte.

Ainda sobre o caso da família do sr. Wanderley fica claro entre os irmãos que na falta do Abelardo, Ricardo assume o controle da açougue e da casa quando o sr. Wanderley falecer, uma vez que a mãe deles também não é mais viva. Mas a transmissão dos bens propriamente dita é um assunto que se evita abordar na família, já que também todos os irmãos estão instalados em casas distintas, sendo que a filha mais nova solteira necessitaria de uma figura masculina para permanecer morando na casa da *usina*, na falta do pai, ou teria que se casar ou mesmo morar com um dos irmãos. Nesse sentido, a relação da autoridade do chefe de família para com os seus filhos se ameniza, na medida em que não há pressão por parte de Ricardo para que seja realizado o processo de sucessão, visto o seu não interesse na produção agrícola do lote e a posse de uma casa para a sua unidade doméstica.

Ao passar para o caso da família da sra. Helena, podemos verificar algumas peculiaridades interessantes para a abordagem em relação à herança e sucessão. A sra. Helena possui dois filhos, sendo que o mais velho Herval já está instalado no lote de Reforma Agrária em Novo Horizonte, desde a sua implementação e por meio de seu emprego em Santa Cruz foi possível investir tanto na sua produção agrícola, quanto na casa da família. A sra. Helena acredita que a situação deste filho “já está encaminhada”. Nesse caso, não é possível falar de um processo de sucessão, uma vez que a primeira unidade doméstica que se instalou no lote de Reforma Agrária foi a de Herval e não ela

---

<sup>9</sup> Arensberg e Kimball (1968) ao estudar o contexto rural irlandesa analisaram que as famílias consideradas incompletas, ou seja, formada por viúvo(a) e solteirões são objeto de comiseração, uma vez que desviam do que é considerado normal. É comum a mudança de um membro familiar, seja um irmão não casado no caso de viúvas ou solteironas para ajudar nas tarefas principalmente relacionadas à terra e à negociação dos produtos, bem como uma sobrinha para o caso dos solteirões, ajudando-o nas tarefas da casa e da terra.

própria com o marido e filhos.

A partir da recente conquista da terra em Santo Amaro<sup>10</sup>, ela vive atualmente na terra ocupada desse assentamento recém-criado. O filho mais novo que morava e trabalhava na usina Santa Cruz<sup>11</sup>, portanto, não possuindo a propriedade de terra ou quiçá de uma casa, trabalha atualmente com os pais neste novo lote, no entanto, ainda mora com a sua família em Santa Cruz, já que não é possível coabitação entre mais de uma unidade doméstica completa, ou seja, na qual não tenha havido divórcio, que não seja temporária. Assim, a família de Roberval não poderia morar com seus pais e nem com a família já formada de seu irmão Herval. No entanto, a sra. Helena relata que em comum acordo com o seu marido e Herval, as terras em Santo Amaro serão registradas com o nome do seu irmão Roberval, uma vez que este é o “filho que ainda não possui patrimônio”. Nesse sentido, aqui vemos um caso legítimo do processo de sucessão de terra acordado tanto tacitamente, quanto legalmente. A sra. Helena explicita:

Tô pedindo a Deus para me dar força, mas um dia vou morrer e fica para o meu filho. Porque o meu outro filho tem aqui, tenho uma filha casada que o marido também panhou. Quer dizer, todos eles têm a vida deles, só esse que não tinha nada a não ser o emprego. Combinei com eles todos e botei só o nome dele. (...) Mas tá gastando, comprou duas dúzias de mourão, arame farpado. Herval ajuda também. Semana que vem mesmo ele vai me levar lá em Santa Cruz para comprar mourão que tá mais em conta.

O caso da família da sra. Helena é interessante, uma vez que ambos os filhos foram incentivados, com a falência da usina, a utilizarem os ofícios que aprenderam como trabalhadores de fábrica na única usina em funcionamento na região, ou seja, a perspectiva de futuro construído para ambos os filhos foi muito similar. No entanto, somente Herval conseguiu terra no assentamento Novo Horizonte, enquanto que a partir do momento em que houve uma segunda oportunidade para conseguir a terra – não houve conflito na relação entre os irmãos ou entre os pais e filhos sobre quem seria o sucessor e posterior dono da mesma.

A socialização do sucessor não se esgota nas duas gerações, a sra. Helena já aponta as ações que o seu filho Herval reproduz a partir da educação que recebera com o seu filho mais velho, neto da sra. Helena que seria o sucessor das terras de Herval. A respeito do processo de socialização em Novo Horizonte, este ocorre por meio do trabalho conjunto no lote que é considerado da família, mas está sob a autoridade do pai<sup>12</sup>. Assim, o sucessor é construído por meio de atividades realizadas

---

<sup>10</sup> Assentamento criado em 2004 vizinho ao Novo Horizonte, cujas terras desapropriadas também eram de propriedade da antiga usina Novo Horizonte.

<sup>11</sup> Usina localizada próxima ao assentamento Novo Horizonte, sendo uma das poucas ainda em funcionamento no norte-fluminense.

<sup>12</sup> Ao focalizar especificamente a geração mais nova dos sitiantes analisados, Heredia (1979) verificou que à oposição masculino e feminino se somava à oposição maior e menor, uma vez que além do roçado principal, existem os roçadinhos que são destinados ao usufruto pessoal. Neste sentido, se constituem com um instrumento de socialização e de individualização.

na terra, mais do que é determinado por sua posição que ocupa na linha de nascimento. No entanto, é uma regra que aquele que sucede o gerenciamento do sistema casa-lote seja homem. Nas palavras da sra. Helena:

Esse meu neto vou contar o que ele faz. No meio de cem, você tira um ou dois que faça. Ele tá ensinando ao filho do que jeito que eu ensinei a ele. Quatro e meia, ele levanta e vai tirar leite, o menino. Antes de ir para ir o colégio. A mãe faz queijo, ela vende. Aí Herval fica aqui tratando da criação com ele, sabe? Aí o filho vem cinco e meia e se arruma vai para a escola. Boa criação, não é? E capina, faz pomar. Tá estudando, mas isso aqui é de vocês. Tô ensinando, porque um dia vai ser de vocês mesmo.

Na família da sra. Rita, que mora na fazenda Baiano, temos um caso de autoridade paterna exacerbada. Este exercício de poder acabou por afastar do processo de sucessão os dois filhos homens da sra. Rita e do sr. Alvinho. A filha mais nova voltou a morar com eles, no momento em que se divorciou e acabou se casando com um rapaz que veio trabalhar em uma pedreira, mas que não era da região.

Antes de continuar a explicitar a construção dos projetos de futuro feitos pela família da sra. Rita, algumas constatações a respeito do casamento em Rio Preto são necessárias. Os casamentos são realizados geralmente entre pessoas consideradas “da região”. Ser “da região” inclui além da localidade de Rio Preto, as fazendas contíguas ao assentamento e outras localidades próximas. A geração que foi assentada na terra explicita que as suas famílias também sempre moraram e trabalharam em terras próximas a da antiga usina. Por verificar os laços que subsistem na comunidade de Rio Preto, também pôde ser analisado que há uma desconfiança verificada para o caso do Novo Horizonte e também para o caso do assentamento Santo Amaro em relação às chamadas “pessoas de fora”. Essas pessoas são geralmente qualificadas como “da cidade” ou de outras “regiões”, ainda que pertencentes ao mesmo município. No entanto, não há uma rixa entre duas comunidades específicas, o que ocorre é um resguardo dos limites e concepções próprios às pessoas do local, o que é possível pelo conhecimento intergeracional das famílias que sempre trabalharam e hoje têm as suas casas e terras na localidade. Essa desconfiança pode ser explicada pelo isolamento social que era vivido à época da usina e que é reproduzido nos comentários da geração mais antiga, aquela que é titular da terra. As pessoas da “região” são consideradas como pertencentes, muitas vezes, a uma mesma rede familiar extensa. Neste sentido, explicita a sra. Rita a respeito de seus filhos:

O primeiro casou certinho, com uma parenta mesmo da gente, uma prima longe dele. O mais velho esse e estão juntos até hoje. E a filha minha não se deu com o primeiro marido, foi morar com o outro e depois casou. E tem o outro filho mais novo casou com a parenta. Tudo velho com a família, não tem nenhum extraviado.

Segundo Neves (1997), este tipo de casamento também era incentivado quando da existência da usina, uma vez que por meio tanto da filiação quanto das alianças endogâmicas era reproduzido

o acesso à casa e ao trabalho. Tal como salienta a autora: “*Através das alianças endogâmicas, os recursos se tornavam mais previsíveis e controláveis*” (183). Atualmente, o casamento entre pessoas da “região” é incentivado pelas famílias e considerado preferencial, ainda que não haja uma prescrição neste sentido. É importante se casar com alguém “da região”, na medida em que se pode acessar as informações relevantes sobre a família do cônjuge, no caso dos homens – ser um bom trabalhador e homem honrado e no caso das mulheres – ser uma boa companheira, somar ao trabalho realizado pelo marido. No entanto, não se pode afirmar que o casamento é orientado para a manutenção ou mesmo ampliação do patrimônio de terra da família, sendo as decisões afetivas dos cônjuges subjugadas às decisões patrimoniais das famílias em questão. No entanto, a interação entre as famílias “conhecidas” da localidade acaba por reforçar os laços de vizinhança já encontrados e, em alguns casos, ocasionar o aumento do patrimônio da família em questão, ainda que esse não seja o principal objetivo.

A coletividade familiar não se coloca de forma mais importante do que as decisões individuais dos noivos para o caso da região do Rio Preto em Novo Horizonte. Desta forma, o casamento não é orientado necessariamente à salvaguarda do patrimônio, não sendo gerido, portanto, como um “negócio de família” (cf. BOURDIEU, 1962). O padrão de residência do casal a partir do matrimônio é patrivilocal. Assim, cabe à família do noivo e mais especificamente ao sogro, a partir da decisão do filho ajudá-lo com o necessário para a construção da nova casa, além do estabelecimento provisório do casal, se necessário. Para o caso das filhas que se casam com rapazes vindos de outras localidades, o novo espaço de residência será construído nas terras do pai da noiva. Nesses casos, a mulher mantém a terra ou a casa de morada que herdaria dos pais, no entanto, na prática, as decisões sobre o gerenciamento desse patrimônio estão colocadas nas mãos do noivo. Como retrata a dona Rita cuja filha conheceu o segundo marido a partir de uma oportunidade de emprego na região e de um acordo entre a família assentada e o dono de uma empresa local.

A partir do casamento da filha da sra. Rita, o casal permaneceu durante algum tempo na casa que fora construída para os trabalhadores da empreiteira. Ao morarem no mesmo lote, o genro da sra. Rita desenvolveu “gosto” por ajudar o sr. Alvino no trabalho na terra, mas ele sempre desdenhava as suas iniciativas e impedia que desenvolvesse as suas idéias para a produção. A sra. Rita explica:

Eu penso sobre isso, mas ele não pensa não [sucessão]. Não pensa porque quando tava aí os filhos deles que queriam fazer alguma coisa, barra. Aí as crianças também não fazem força por isso. O genro meu mesmo, tem um genro trabalhador bom, ele planta tudo. Essas frutas, essas mandiocas, ele plantou tudo, tá tudo bão. Ele morava aí, ele é trabalhador. Novo e forte. A vontade dele era meter tudo aí e fazer, mas ele não dá saída. Não deixa os filhos, o genro fazer não. A única pessoa que tinha vontade era ele o genro. Ele tem vontade. Se for um causo para ele vir, aí ele tem

vontade. Agora, não tem a autorização dele [marido].

Nas famílias em que existem apenas filhas, o casamento de genro<sup>13</sup> é uma prática corrente. Desta forma, satisfaz-se a necessidade de uma figura masculina que responda pelo gerenciamento e transmissão da terra, ao passo que este bem continua sendo da família em questão. Neste caso apresentado, diante da inexistência de um filho homem que fosse apontado como sucessor, o genro tentou assumir a ajuda ao sogro, sendo por ele impedido, explicando a não existência do sucessor pela autoridade exacerbada conduzida pelo sr. Alvino.

A filha mais nova que agora mora no assentamento Santo Amaro, já que o seu marido conseguiu uma terra lá para a sua unidade doméstica, visto a impossibilidade de permanecer nas terras da família da esposa, é a responsável pelo cuidado com os pais e por resolver pendências relacionadas aos trâmites legais da terra. A sra. Rita demonstra que a terra é pequena para dividir entre todos os filhos, vendo a possibilidade de apenas aquele que “tem mais jeito tocar” ser uma boa saída. Mas isso só acontecerá, ela acredita, quando o seu marido vier a falecer, uma vez que mesmo ele estando já “cansado”, ele não divide o trabalho no sítio e nem aceita sugestões dos filhos ou do genro.

A irmã da sra. Rita, a sra. Lenira vive na usina com o filho mais novo de 15 anos, um filho de 40 anos que requer cuidados especiais por conta de uma deficiência mental. Além deles, a filha divorciada retornou ao terreno da casa da família, onde foi construída uma pequena casa para ela e a neta da sra. Rita.

O sr. Leopoldo, marido da sra. Lenira, também é um caso de autoridade exacerbada no que tange ao processo de sucessão. São cinco filhos homens na família que não foram incentivados a continuar o processo de educação formal e a partir da construção de sua própria família tiveram que buscar alternativas de geração de renda que não se resumissem ao trabalho agrícola no lote. Isto porque, em primeiro lugar, a produção agrícola não é vista como rentável para o sr. Leopoldo e também porque ele justifica que o espaço produtivo não é suficiente para todos os filhos, além de ser considerado “de risco”, uma vez que a terra não tem boa qualidade e é íngreme. Assim, o sr. Leopoldo é cético quanto à utilização da terra como espaço de produção: *“Eu não vejo tendência de filho nenhum com colocação na terra (...). A terra não está melhorando a vida de ninguém, em relação ao emprego que tem na cidade”*. Mesmo assim, ele diz que é melhor não vender a terra, porque fica como garantia de um espaço de residência da família. Posteriormente, os filhos é que devem decidir o que fazer com a terra: *“E no fim, fica para os filhos, isso é o que ele tem que fazer,*

---

<sup>13</sup> “No caso de um núcleo familiar composto somente de mulheres, o princípio do primado do primogênito permanecia sempre válido, mas era dotado de uma particularidade: a filha mais velha exercia o papel de mediadora entre seu pai e o sucessor, isto é, seu marido” (CARNEIRO, 1998: 111).

*é o que está declarado legalmente. Os donos atualmente são eu e minha esposa”.*

A postergação do processo de sucessão fez com que dois filhos homens migrassem de forma definitiva para Campos e Macaé e um dos outros filhos teve a oportunidade de possuir um emprego em Rio Preto e morar em uma casa também na região central, que foi comprada, localizada em frente à casa da família. As filhas que se casaram também migraram para a cidade de Campos. Esta família é um caso de postergação da sucessão e evitação do estabelecimento de um processo claro de transmissão de bens. Ainda que não haja um caso de sucessão agrícola aqui evidenciado, o filho homem mais novo é apontado por sr. Leopoldo como aquele que vai decidir com os irmãos o que fazer com a terra, mesmo que não seja eminentemente produzir na mesma.

A partir dos casos acima descritos, chamarei de sistema casa-lote os múltiplos arranjos possíveis realizados pela família assentada por meio do uso dos espaços da antiga casa da *usina* e o lote de Reforma Agrária<sup>14</sup>. A possibilidade de permanência nas antigas casas da usina levou a uma configuração espacial diferente daquela encontrada em alguns assentamentos e, muitas vezes, uma dissociação dos espaços produtivo e residencial, pelo menos para uma das unidades domésticas que coabitam o sistema casa-lote. Essa dissociação se dá principalmente pela vontade da proximidade ao centro da localidade, o que permite acesso ao centro do município de Campos, bem como a serviços básicos, como educação, posto médico, mercados, entre outros. É mais verificada quanto maior for a distância em relação à terra, sobretudo, para o caso dos assentados da fazenda Baiano. Além disso, criou possibilidades para que os filhos designados como sucessores permaneçam já morando no lote da Reforma Agrária, enquanto os seus pais, ou seja, a geração anterior permanece na casa da *usina*.

Analisarei os casos da família do sr. Aderbal e do sr. Josué de forma conjunta pelas similaridades encontradas, inclusive no que tange à instalação do sucessor na terra de Reforma Agrária. Ambos são titulares da terra de famílias que não são muito numerosas, tendo três filhos cada um deles, dois filhos homens e uma filha mulher. Foi reconhecido em relação ao filho mais novo em ambos os casos a maior aptidão para a permanência e a lida com a terra. No caso da família do sr. Aderbal, sempre moravam na usina e o lote de Reforma Agrária estava localizado perto. Quando o seu filho Adilson resolveu se casar, ele pediu ao pai para construir uma casa para a nova unidade doméstica no lote. O sr. Aderbal não se opôs, até porque ele acredita que na “falta dele e de sua esposa”, é este filho que vai cuidar da terra e da casa. Ele afirmou:

Sempre morei aqui, morava antes em uma casa em frente que era de um rapaz, aqui também da usina. Saí de lá e vim para aqui. Então lá [terra] o meu filho quis fazer uma casinha, eu falei faz, porque de qualquer maneira vai ser dele mesmo, não é? Ele falou que

---

<sup>14</sup>Em alguns poucos casos, pode existir também a utilização das “terras de herança”, ou seja, terras que pertenceram à família anteriormente.

ia casar e me perguntou se podia fazer lá, eu disse que podia fazer.

Apesar da família do filho morar no lote de terra, ele não trabalha atualmente na terra. Desta forma, o acordo é que o sr. Aderbal use o espaço de produção, enquanto a família do filho delimitou apenas um espaço para o auto-consumo. Assim como a família do sr. Aderbal, o filho mais novo do sr. Josué também pediu para construir uma casa no lote, quando foi se casar. O sr. Josué também possui uma casa no lote que é dividido em dois para comportar ambas as casas. No entanto, por enquanto também o sr. Josué é que usa eminentemente o espaço de produção do lote. Mas há intenção do seu filho Romilson e também da sua nora em participar mais da produção agrícola, principalmente a nora que deseja ter criações no lote. Assim como o filho sr. Aderbal, Romildo trabalha fora do lote e até mesmo da cidade de Campos, passando pouco tempo em Rio Preto.

Enquanto que os irmãos homens que não estão morando no lote, migraram de forma definitiva para a cidade para trabalhar e viver com as suas famílias, uma vez que a terra não era suficiente para que todos nela permanecessem e além do que não havia manifestado a vontade ou reconhecido o interesse em trabalhar na terra, como aconteceu para Romilson e Adilson. Não há conflitos na família, uma vez que também os irmãos que não estão na terra reconhecem que quem permaneceu é quem vai cuidar da terra para a família toda. Mas há também sempre a presença de toda a família para ajudar nas questões relacionadas ao pagamento da terra e mesmo investimentos esporádicos.

No que tange ao cuidado com os mais velhos, as filhas são responsáveis. O sr. Aderbal divide a sua casa com a filha divorciada que retornou à terra que também cuida dele e de sua esposa, ajudando nas tarefas domésticas. Assim como a filha solteira do sr. Josué que mora na mesma casa que ele no lote.

Esses são casos de um processo de sucessão em curso e que não há conflito entre a fratria e também não há uma total postergação do processo de sucessão, o que aumentaria o conflito entre os pais e filhos. Houve o reconhecimento do filho que irá permanecer na terra, mesmo que atualmente não trabalhe nela e talvez isso seja também um fator que amenize os possíveis conflitos, uma vez que o espaço produtivo não é suficiente para mais de uma unidade doméstica. Ao mesmo tempo em que é um caso interessante de interação das redes familiares que permite a ajuda mútua. Além disso, é interessante notar que a nora do sr. Josué é prima em primeiro grau da nora do sr. Aderbal, o que aumenta e mesmo sobrepõe os laços familiares mencionados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em relação ao assentamento estudado, vimos que a comunidade de Rio Preto já foi

estabelecida desde o funcionamento da antiga usina, uma vez que a maioria das famílias assentadas são formadas por ex-trabalhadores. Tal realidade tem influência no estabelecimento de um fundo de reputação comum que não se inicia a partir da política de Reforma Agrária, bem como nos casamentos que são realizados em Rio Preto, já que até hoje há a preferência pelo casamento endogâmico – com pessoas consideradas da região. Assim, ainda que o fim primordial dos casos de sucessão acima apresentados não seja a manutenção do patrimônio de terra indiviso, a terra permanece, via de regra, sendo transmitida entre as mesmas redes familiares.

No que tange aos jovens assentados, fica claro que há o desejo da permanência no assentamento enquanto espaço de sociabilidade. No entanto, faltam principalmente para aqueles que não são sucessores as condições materiais para permanecerem em Rio Preto. O deslocamento diário para o centro do município é uma das alternativas para permanecer no assentamento e continuar o processo de educação formal e mesmo começar a ter uma renda individualizada. Aqueles que manifestaram o desejo de não permanência no meio rural, o acesso a um bem familiar promove condições para que sejam realizados projetos individuais, como a compra de casas na cidade, se assim for acertado.

Ao retomar os casos apresentados, vimos exemplos nos quais o processo de sucessão está sendo postergado – o caso da família da sra. Rita – causando uma incerteza com relação àquele que irá permanecer na propriedade de terra e gerenciá-la futuramente, bem como também os outros bens familiares (a casa da família, pequenos estabelecimentos comerciais se houverem). O caso da família da sra. Helena é interessante, na medida em que ela e seu marido ajudaram para o que filho mais velho tivesse a propriedade de terra para a sua unidade doméstica, antes mesmo que eles próprios. Com a segunda oportunidade de acessar a terra na região – o assentamento Santo Amaro – eles garantiram que o outro filho que ainda não tinha patrimônio pudesse ser legalmente estabelecido como o sucessor, colocando o seu nome no título de propriedade de terra, ainda provisório neste caso. Em relação à família do sr. Wanderley, o filho mais velho havia sido estabelecido como sucessor, tanto da terra quanto do pequeno estabelecimento comercial da família; mas por uma fatalidade o outro filho homem teve que ser assim preparado, uma vez que é necessário uma figura masculina para o gerenciamento do sistema casa-lote da família em questão. Para a família do sr. Josué e do sr. Aderbal, a partir da realização do casamento do filho que vinha sendo socializado enquanto sucessor, eles foram instalados no lote de Reforma Agrária e ainda que atualmente não sejam responsáveis pela produção agrícola nos mesmos, já é estabelecido na família que são eles os responsáveis pelo cuidado do lote, da casa e das irmãs na falta do chefe de família.

Assim, o princípio mais relevante para o caso de Rio Preto é aquele alude ao sistema casa-lote como um ponto de apoio para a família assentada. Se para vários estudos relacionados ao

campesinato, o que estava primordialmente em jogo era a manutenção da integridade do patrimônio territorial, de preferência unificado fisicamente, aquilo que é mais acionado no assentamento Novo Horizonte é a conquista de autonomia frente à situação anterior de subordinação pessoal e moral, seja em relação ao proprietário da usina, bem como aos fazendeiros da região. Por meio da ofertas de meios para assegurar a vida material da família, os grandes proprietários de terra conseguiam imobilizar os trabalhadores no espaço em que controlavam, estreitando os horizontes sociais de seus trabalhadores (cf. GARCIA Jr., 1989). Atualmente, alguns limites encontrados são a insuficiência da área de terra da Reforma Agrária para a reprodução da condição social de agricultor por todos os filhos, sendo que arranjos como a ocupação de terras em um assentamento vizinho, a confluência do uso tanto das terras de herança, quanto as de Reforma Agrária e mesmo a compra de terra são estratégias utilizadas pelos assentados para o aumento das possibilidades de uso deste bem tanto como espaço produtivo e espaço residencial. Porém, a principal conquista a partir do assentamento foi o espaço de moradia de forma autônoma, sendo também aquilo que é primordialmente repassado às gerações subseqüentes. Essa constatação pode ser explicada, uma vez que para o caso do assentamento analisado, não houve um esforço para a construção exógena da ordem moral de um “camponês ideal”, mas sim o princípio organizador que fundamentou a participação das famílias assentadas foi o pertencimento à localidade. Assim, somente a partir do processo de Reforma Agrária foi permitido construir a figura efetivamente de um sucessor na família que pode conjugar as funções produtivas da terra com o espaço de moradia para as gerações subseqüentes, não se atrelando a uma concepção idealística do camponês que deve permanecer a qualquer custo imobilizado na produção da terra. Neste sentido, a propriedade rural: o lote de Reforma Agrária, ainda que muitas vezes insuficiente para a reprodução social de todos os filhos dos titulares da terra é preservada por ser primordialmente um ponto de apoio para os arranjos e estratégias empreendidos pela família assentada.

As famílias que foram assentadas, passando a serem consideradas pelo Estado atualmente como pequenos proprietários, podem possuir uma autonomia mais do que meramente produtiva, no que pese as questões relacionadas ao escoamento da produção. Esta autonomia se contrapõe à situação de moradia anterior, uma vez que a família que foi assentada pode atualmente reproduzir ao menos o espaço de residência para os filhos por meio do sistema casa-lote. Neste sentido, há uma lógica de segurança na manutenção da terra da Reforma Agrária que atende a vários fins por meio daquilo que é negociado e acordado dentro do âmbito familiar. Portanto, não é reproduzida pelas famílias assentadas da região do Rio Preto a imobilidade das pessoas na terra, mas o uso da terra, dentro dos parâmetros legais, para que sejam realizados os projetos familiares que antes não podiam ser conquistados.



## REFERÊNCIAS

- ARENSBERG, C. M. e KIMBALL, S. **Family and community in Ireland**. Cambridge Mass.: Harvard University Press, 1968 (1940).
- BOURDIEU, P. “**Celibat et condition paysanne**”. *Études Rurales*, 1962.
- CASTRO, E. G. **Entre sair e ficar: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado (2005). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.
- GARCIA Jr., A. R. Terra de trabalho. **Tese de Doutorado (1975)**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ.
- HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LOPES, J. S. L. **O vapor do diabo: O trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MALAGODI, E.; MARQUES, R. **Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais**. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Org.) *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- MEDEIROS, L. e LEITE, S. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- NEVES, D. P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: Estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis**. Niterói, EDUFF, 1997.
- PEDLOWSKI, M. A.; VIEIRA, R. R. M. e ZINGA, M.R.M. **The Limits of Agrarian Reform in the Northern Fluminense Region, Rio de Janeiro, Brazil**. Book of Abstracts of the 10th World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, p. 113, 2000.
- PEDLOWSKI, M. A; CORDEIRO, M. S. S.; RAMOS, V. Q. e TERRA, M. A. C. **Os Limites da Reforma Agrária Desassistida na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro: Entre o Descaso do Estado e a Resistência dos Assentados**. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, Pernambuco, 2007.
- SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J. ; MATA, H. T. C. **Estrutura fundiária das regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro: 1972 a 1998**. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 01, p. 071-091, jan/mar 2007.
- STROPASOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese Doutorado (2002). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.
- WANDERLEY, M. N. B. **Jovens rurais de Pernambuco: que sonhos para o futuro**. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Org.) *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ZINGA, M.R.M. **Discutindo a questão da representação política entre os beneficiados da reforma agrária: Um estudo de caso sobre construção de organizações de base no assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ.** Monografia de conclusão de curso (2002). Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ.

\_\_\_\_\_ **Um estudo de caso sobre as causas da permanência e da desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, R.J.** Dissertação de mestrado (2004). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ.